

MAPA CALENDÁRIO DAS OPERAÇÕES ELEITORAIS

ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

30 de janeiro de 2022

Legislação aplicável:

LEAR - Lei Eleitoral da Assembleia da República - Lei n.º 14/79, de 16 de maio

Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de agosto - Direito de reunião

Lei n.º 71/78, de 27 de dezembro - Lei da Comissão Nacional de Eleições

Lei n.º 28/82, de 15 de novembro - Organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional

Lei n.º 97/88, de 17 de agosto - Afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda

Lei n.º 13/99, de 22 de março - Regime jurídico do recenseamento eleitoral

Lei n.º 26/99, de 3 de maio - Alargamento da aplicação dos princípios reguladores da propaganda e da obrigação da neutralidade das entidades públicas à data da marcação das eleições

Lei n.º 10/2000, de 21 de junho - Regime jurídico da publicação ou difusão de sondagens e inquéritos de opinião

Lei n.º 19/2003, de 20 de junho - Financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais

Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro - Organização e funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho - Cobertura jornalística em período eleitoral e meios de publicidade comercial

Lei Orgânica n.º 3/2020, de 11 de novembro - Regime excecional e temporário de voto antecipado dos eleitores em confinamento obrigatório (na redação da Lei Orgânica n.º 4/2021, de 30 de novembro).

Notas:

1. As datas indicadas constituem limites temporais máximos no pressuposto dos respetivos atos ou notificações terem lugar imediatamente e dentro dos prazos respeitantes à diligência processual que os antecede ou determina, não dispensando, contudo, a confirmação pelos interessados das datas exatas junto das entidades competentes.

2. Quando o termo do prazo de recurso para o Tribunal Constitucional (TC) recair em sábado, domingo ou feriado, o ato em causa poderá, ainda, ser praticado até às 9 horas do primeiro dia útil seguinte (cf. Acórdão n.º 328/85 do TC).

3. Quando a LEAR não prever expressamente o recurso para o Tribunal Constitucional, aplica-se o direito geral previsto na Lei do TC de recorrer de quaisquer atos administrativos definitivos e executórios praticados pela Comissão Nacional de Eleições ou por outros órgãos da administração eleitoral (cf. artigos 8.º f) e 102.º-B da Lei n.º 28/82, de 15 de novembro).

4. As disposições legais mencionadas sem outra indicação reportam-se à Lei Eleitoral da Assembleia da República (LEAR)

X = dia útil seguinte ao termo do prazo.

	Atos	Intervenientes	Suporte legal	Datas	Texto legal
I - MARCAÇÃO DA ELEIÇÃO e ATOS INICIAIS					
1.01	Marcação da eleição	Presidente da República	19.º n.º 1	05-12-2021 Decreto do Presidente da República n.º 91/2021	O Presidente da República marca a data das eleições dos deputados à Assembleia da República com a antecedência mínima de 60 dias ou, em caso de dissolução, com a antecedência mínima de 55 dias .
1.02	Publicar o mapa com o n.º de deputados e a sua distribuição pelos círculos	CNE	13.º n.º 5	entre 05-12-2021 e 07-12-2021 Mapa oficial n.º 1-C/2021, 06-12-2021	Quando as eleições sejam marcadas com antecedência inferior a 60 dias, a Comissão Nacional de Eleições faz publicar o mapa com o número e a distribuição dos deputados entre os 55 e os 53 dias anteriores ao dia marcado para a realização das eleições .
1.03	Elaborar o mapa-calendário	CNE	6.º Lei 71/78	de 06-12-2021 a 13-12-2021	Marcada a data das eleições, a Comissão Nacional de Eleições faz publicar nos órgãos de comunicação social, nos oito dias subsequentes , um mapa-calendário contendo as datas e a indicação dos actos que devem ser praticados com sujeição a prazo.
1.04	Igualdade de oportunidades e de	Entidades públicas e privadas	56.º LEAR e Lei 26/99	a partir de 05-12-2021	Os candidatos e os partidos políticos ou coligações que os propõem têm direito a igual tratamento por parte das entidades públicas e privadas a fim de efectuarem,

	tratamento das candidaturas				livremente e nas melhores condições, a sua campanha eleitoral. É aplicável desde a publicação do decreto que marque a data do acto eleitoral.
1.05	Neutralidade e imparcialidade perante as candidaturas	Entidades públicas	57.º LEAR e Lei 26/99	a partir de 05-12-2021	Os órgãos do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, das demais pessoas colectivas de direito público, das sociedades de capitais públicos ou de economia mista e das sociedades concessionárias de serviços públicos, de bens do domínio público ou de obras públicas, bem como, nessa qualidade, os respectivos titulares, não podem intervir directa ou indirectamente em campanha eleitoral nem praticar quaisquer actos que favoreçam ou prejudiquem uma candidatura em detrimento ou vantagem de outra ou outras, devendo assegurar a igualdade de tratamento e a imparcialidade em qualquer intervenção nos procedimentos eleitorais. Os funcionários e agentes das entidades referidas no número anterior observam, no exercício das suas funções, rigorosa neutralidade perante as diversas candidaturas, bem como perante os diversos partidos. É vedada a exibição de símbolos, siglas, autocolantes ou outros elementos de propaganda por titulares de órgãos, funcionários e agentes das entidades referidas no n.º 1 durante o exercício das suas funções. O regime previsto no presente artigo é aplicável a partir da publicação do decreto que marque a data das eleições.
1.06	Proibição de publicidade institucional	Órgãos do Estado e da Administração Pública	10.º n.º 4 Lei 72-A/2015	a partir de 05-12-2021	No período referido no n.º 1 [a partir da publicação do decreto que marque a data da eleição] é proibida a publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública.
1.07	Proibição de publicidade comercial	-	10.º n.ºs 1, 2 e 3 Lei 72-A/2015	a partir de 05-12-2021	A partir da publicação do decreto que marque a data da eleição (...) é proibida a propaganda política feita direta ou indirectamente através dos meios de publicidade comercial. Excluem-se da proibição prevista no número anterior os anúncios publicitários, como tal identificados, em publicações periódicas desde que se limitem a utilizar a denominação, símbolo e sigla do partido, coligação ou grupo de cidadãos e as informações referentes à realização de um determinado evento. Excluem-se igualmente da proibição prevista no n.º 1, nos mesmos termos do número anterior, anúncios publicitários nas estações de radiodifusão e bem assim nas redes sociais e demais meios de expressão através da Internet.
1.08	Cobertura jornalística em período eleitoral	Órgãos de comunicação social	4.º, 5.º n.º 1, 7.º e 11.º n.º 1 Lei 72-A/2015	de 05-12-2021 a 15-01-2022	No período eleitoral os órgãos de comunicação social gozam de liberdade editorial e de autonomia de programação nos termos gerais, sem prejuízo de ser observado o disposto nos artigos seguintes. O tratamento editorial das várias candidaturas deve respeitar os direitos e os deveres consagrados na legislação que regula a atividade dos jornalistas e dos órgãos de comunicação social, bem como os respetivos estatutos e códigos de conduta. No período eleitoral os debates entre candidaturas promovidos pelos órgãos de comunicação social obedecem ao princípio da liberdade editorial e de

					<p>autonomia de programação, devendo ter em conta a representatividade política e social das candidaturas concorrentes. A representatividade política e social das candidaturas é aferida tendo em conta a candidatura ter obtido representação nas últimas eleições, relativas ao órgão a que se candidata. O disposto no número anterior não prejudica a possibilidade de os órgãos de comunicação social incluírem, no exercício da sua liberdade editorial, outras candidaturas nos debates que venham a promover.</p> <p>Na utilização da <i>Internet</i>, os órgãos de comunicação social observam, com as devidas adaptações, as mesmas regras a que estão adstritos, por força da presente lei, em relação aos demais meios de comunicação.</p>
1.09	Destinar prédios a sedes de campanha	Arrendatários de prédios urbanos	74.º n.º 1	de 05-12-2021 a 19-02-2022	<p>A partir da data da publicação do decreto que marcar o dia das eleições e até vinte dias após o acto eleitoral, os arrendatários de prédios urbanos podem, por qualquer meio, incluindo a sublocação por valor não excedente ao da renda, destiná-los, através de partidos ou coligações, à preparação e realização da campanha eleitoral, seja qual for o fim do arrendamento e sem embargo de disposição em contrário do respectivo contrato.</p>
1.10	Requerer instalação de telefone	Partidos políticos	73.º	a partir de 05-12-2021	<p>Os partidos políticos têm direito à instalação de um telefone por cada círculo em que apresentem candidatos.</p> <p>A instalação de telefone pode ser requerida a partir da data de apresentação das candidaturas e deve ser efectuada no prazo de oito dias a contar do requerimento.</p>
1.11	Comunicar ao presidente da CM a realização de ações de rua	Órgão competente do partido político	59.º a) LEAR e 2.º n.º 1 DL 406/74	a partir de 05-12-2021	<p>O aviso a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de Agosto, deve ser feito pelo órgão competente do partido político, quando se trate de reuniões, comícios, manifestações ou desfiles em lugares públicos ou abertos ao público e a realizar por esse partido.</p> <p>As pessoas ou entidades que pretendam realizar reuniões, comícios, manifestações ou desfiles em lugares públicos ou abertos ao público avisam por escrito e com a antecedência mínima de dois dias úteis o presidente da câmara municipal territorialmente competente.</p>
1.12	Objetar à realização de ações de rua	Presidente da CM	3.º n.º 2 DL 406/74	até 24h após a comunicação	<p>As autoridades competentes só poderão impedir as reuniões cujo objecto ou fim contrarie o disposto no artigo 1.º, entendendo-se que não são levantadas quaisquer objecções (...) se estas não forem entregues por escrito nas moradas indicadas pelos promotores no prazo de 24 horas.</p>
1.13	Recorrer para o TC	Órgão competente do partido político	59.º h) LEAR e 14.º DL 406/74	até 48h após a objecção	<p>O recurso previsto no n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de Agosto, é interposto no prazo de quarenta e oito horas para o Tribunal Constitucional.</p> <p>Das decisões das autoridades tomadas com violação do disposto neste diploma cabe recurso (...) a contar da data da decisão impugnada. O recurso só poderá ser interposto pelos promotores.</p>

Campanha de esclarecimento cívico					
1.14	Esclarecer os cidadãos sobre a eleição, o processo eleitoral e a votação	CNE	71.º	a todo o tempo, incluindo o dia da eleição	Cabe à Comissão Nacional de Eleições promover, através da Radiotelevisão Portuguesa, da Radiodifusão Portuguesa, da imprensa e ou de quaisquer outros meios de informação, o esclarecimento objectivo dos cidadãos sobre o significado das eleições para a vida do País, sobre o processo eleitoral e sobre o processo de votação.
II - PROPOSITURA DAS CANDIDATURAS E CONTENCIOSO					
2.01	Comunicar ao TC as coligações de partidos e anunciar em 2 jornais	Órgãos competentes dos partidos políticos	22.º n.º 1	até 19-12-2021	As coligações de partidos para fins eleitorais devem ser anotadas pelo Tribunal Constitucional, e comunicadas até à apresentação efectiva das candidaturas em documento assinado conjuntamente pelos órgãos competentes dos respectivos partidos a esse Tribunal, com indicação das suas denominações, siglas e símbolos, bem como anunciadas dentro do mesmo prazo em dois dos jornais diários mais lidos.
2.02	Decidir sobre as coligações de partidos e publicar por edital	TC	22.º-A n.ºs 1 e 2	no dia seguinte à comunicação	No dia seguinte à apresentação para anotação das coligações, o Tribunal Constitucional, em secção aprecia a legalidade das denominações, siglas e símbolos, bem como a sua identidade ou semelhança com as de outros partidos, coligações ou frentes. A decisão prevista no número anterior é imediatamente publicada por edital, mandado afixar pelo presidente à porta do Tribunal.
2.03	Recorrer para o plenário do TC	Mandatários das listas	22.º-A n.º 3	até 24h após o edital	No prazo de vinte e quatro horas a contar da afixação do edital, podem os mandatários de qualquer lista apresentada (...) por qualquer coligação ou partido recorrer da decisão para o plenário do Tribunal Constitucional.
2.04	Decidir os recursos	Plenário do TC	22.º-A n.º 4	até 48h após o recurso	O Tribunal Constitucional decide em plenário dos recursos referidos no número anterior, no prazo de quarenta e oito horas.
2.05	Apresentar as candidaturas perante o juiz presidente do tribunal de comarca (cf. Lista dos tribunais e	Partidos Políticos	23.º	até 20-12-2021	A apresentação de candidaturas cabe aos órgãos competentes dos partidos políticos. A apresentação faz-se até ao 41.º dia anterior à data prevista para as eleições perante o juiz presidente da comarca com sede na capital do distrito ou região autónoma que constitua o círculo eleitoral.
2.06	Afixar as listas à porta do edifício do tribunal	Juiz presidente do tribunal de comarca	26.º n.º 1	20-12-2021	Terminado o prazo para apresentação de listas , o juiz manda afixar cópias à porta do edifício do tribunal.
2.07	Sorteio das listas, afixação à porta do tribunal e envio à CNE, à SGMAI e ao Representante da República	Juiz	31.º n.ºs 1 e 3	21-12-2021	No dia seguinte ao termo do prazo para apresentação de candidaturas o juiz procede, na presença dos candidatos ou dos seus mandatários que compareçam, ao sorteio das listas apresentadas, para o efeito de lhes atribuir uma ordem nos boletins de voto, lavrando-se auto do sorteio. O resultado do sorteio é afixado à porta do tribunal, sendo enviadas cópias do auto à Comissão Nacional de Eleições e ao [Secretário-geral do Ministério da] Administração Interna ou, nas Regiões Autónomas, ao Representante da República.
2.08	Verificar as listas de candidatos	Juiz	26.º n.º 2	21-12-2021 e 22-12-2021	Nos dois dias subsequentes ao termo do prazo de apresentação de candidaturas o juiz verifica a regularidade do processo, a autenticidade dos documentos que o integram e a elegibilidade dos candidatos.

2.09	Suprir irregularidades perante o juiz	Mandatários das listas	27.º LEAR e 3.º LO 3/2006	até 24-12-2021	Verificando-se irregularidade processual, o juiz manda notificar imediatamente o mandatário da lista para a suprir no prazo de dois dias . No caso de uma lista não observar o disposto na presente lei, o mandatário é notificado, nos termos fixados na lei eleitoral aplicável, para proceder à sua correção no prazo estabelecido na mesma lei .
2.10	Rejeitar os candidatos inelegíveis	Juiz	28.º n.º 1	decorrido o prazo para suprimento	São rejeitados candidatos inelegíveis.
2.11	Substituir os candidatos inelegíveis e completar as listas perante o juiz	Mandatários das listas	28.º n.ºs 2 e 3	até 27-12-2021 X	O mandatário da lista é imediatamente notificado para que proceda à substituição do candidato ou candidatos inelegíveis no prazo de dois dias , sob pena de rejeição de toda a lista. No caso de a lista não conter o número total de candidatos, o mandatário deve completá-la no prazo de dois dias , sob pena de rejeição de toda a lista.
2.12	Rejeitar a lista	Juiz	28.º n.ºs 2 e 3 LEAR e 4.º n.º 1 LO 3/2006	decorrido o prazo para substituição /correção	O mandatário da lista é imediatamente notificado para que proceda à substituição do candidato ou candidatos inelegíveis no prazo de dois dias, sob pena de rejeição de toda a lista . No caso de a lista não conter o número total de candidatos, o mandatário deve completá-la no prazo de dois dias, sob pena de rejeição de toda a lista . A não correção da lista de candidatura no prazo previsto na respetiva lei eleitoral determina a rejeição de toda a lista .
2.13	Operar nas listas as retificações ou aditamentos	Juiz	28.º n.º 4	até 29-12-2021	Findos os prazos dos n.ºs 2 e 3, o juiz, em quarenta e oito horas , faz operar nas listas as retificações ou aditamentos requeridos pelos respectivos mandatários.
2.14	Afixar as listas e indicar as admitidas e rejeitadas	Juiz	29.º	entre 22-12-2021 e 29-12-2021	Findo o prazo do n.º 4 do artigo anterior ou do n.º 2 do artigo 26.º, se não houver alterações nas listas, o juiz faz afixar à porta do edifício do tribunal as listas rectificadas ou completadas e a indicação das que tenham sido admitidas ou rejeitadas.
Reclamação					
2.15	Reclamar das decisões do juiz	Candidatos, mandatários e partidos políticos	30.º n.º 1	entre 24-12-2021 e 31-12-2021	Das decisões do juiz relativas à apresentação das candidaturas podem reclamar para o próprio juiz, no prazo de dois dias após a publicação referida no artigo anterior , os candidatos, os seus mandatários e os partidos políticos concorrentes à eleição no círculo.
2.16	Afixar a relação completa das listas admitidas	Juiz	30.º n.º 5	29-12-2021	Quando não haja reclamações (...) o juiz manda afixar à porta do edifício do tribunal uma relação completa de todas as listas admitidas.
2.17	Responder às reclamações perante o juiz	Mandatários das listas	30.º n.ºs 2 e 3	entre 27-12-2021 e 03-01-2022 X	Tratando-se de reclamação apresentada contra a admissão de qualquer candidatura, o juiz manda notificar imediatamente o mandatário da respectiva lista para responder, querendo, no prazo de vinte e quatro horas . Tratando-se de reclamação apresentada contra a não admissão de qualquer candidatura, o juiz manda notificar imediatamente os mandatários das restantes listas, ainda que não admitidas, para responderem, querendo, no prazo de vinte e quatro horas .
2.18	Decidir as reclamações	Juiz	30.º n.º 4	entre 28-12-2021 e 04-01-2022	O juiz deve decidir no prazo de vinte e quatro horas a contar do termo do prazo previsto nos números anteriores.

2.19	Afixar a relação completa das listas admitidas	Juiz	30.º n.º 5	entre 28-12-2021 e 04-01-2022	Quando (...) decididas as que tenham sido apresentadas, o juiz manda afixar à porta do edifício do tribunal uma relação completa de todas as listas admitidas.
Recurso					
2.20	Recorrer das decisões do juiz para o TC	Candidaturas	32.º	entre 30-12-2021 e 06-01-2022	Das decisões finais do juiz relativas à apresentação de candidaturas cabe recurso para o Tribunal Constitucional. O recurso deve ser interposto no prazo de dois dias , a contar da data da afixação das listas a que se refere o n.º 5 do artigo 30.º.
2.21	Responder ao recurso	Mandatários das listas, candidatos ou partidos políticos	34.º n.ºs 2 e 3	entre 31-12-2021 e 07-01-2022	Tratando-se de recurso contra a admissão de qualquer candidatura, o tribunal recorrido manda notificar imediatamente o mandatário da respectiva lista, para este, os candidatos ou os partidos políticos proponentes responderem, querendo, no prazo de vinte e quatro horas . Tratando-se de recurso contra a não admissão de qualquer candidatura, o tribunal recorrido manda notificar imediatamente a entidade que tiver impugnado a sua admissão nos termos do artigo 30.º, se a houver, para responder, querendo, no prazo de vinte e quatro horas .
2.22	Decidir os recursos	TC	35.º n.º 1	entre 03-01-2022 e 10-01-2022 X	O Tribunal Constitucional, em plenário, decide definitivamente no prazo de quarenta e oito horas a contar da data da recepção dos autos prevista no artigo anterior, comunicando telegraficamente a decisão, no próprio dia, ao juiz.
2.23	Afixar as listas definitivamente admitidas e enviar cópias à CNE, à SGMAI, ao Representante da República, às CM e às embaixadas	Juiz	36.º n.º 1	até 10-01-2022	As listas definitivamente admitidas são imediatamente afixadas à porta do tribunal e enviadas, por cópia, à Comissão Nacional de Eleições e ao Secretário-Geral do Ministério da Administração Interna ou, nas regiões autónomas, ao Representante da República, e às câmaras municipais, bem como, no estrangeiro, às representações diplomáticas e postos consulares (...).
Publicação das listas definitivamente admitidas					
2.24	Publicar as listas definitivamente admitidas	CM e representações diplomáticas e postos consulares	36.º n.º 1	até 12-01-2022	As listas definitivamente admitidas são (...) enviadas, por cópia, (...) às câmaras municipais, bem como, no estrangeiro, às representações diplomáticas e postos consulares, que as publicam, no prazo de dois dias , por editais afixados à porta de todas as câmaras municipais (...) e daquelas representações diplomáticas e consulares no estrangeiro.
2.25	Divulgar na Internet as candidaturas admitidas	SGMAI	36.º n.º 2	até 12-01-2022	No prazo referido no número anterior , a administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna procede à divulgação na Internet das candidaturas admitidas.
Substituição de candidatos e desistência de lista					
2.26	Substituir candidatos	Mandatário / partido político proponente	37.º n.º 1	até 14-01-2022	Apenas há lugar à substituição de candidatos, até quinze dias antes das eleições , nos seguintes casos: a) Eliminação em virtude de julgamento definitivo de recurso fundado na ineligibilidade; b) Morte ou doença que determine impossibilidade física ou psíquica; c) Desistência do candidato.

2.27	Publicar novamente as listas	Juiz	38.º	-	Em caso de substituição de candidatos ou de anulação de decisão de rejeição de qualquer lista, procede-se a nova publicação das respectivas listas.
2.28	Desistir da lista ou desistência de candidato perante o juiz	Partido político proponente / candidato	39.º	até 27-01-2022	É lícita a desistência da lista até quarenta e oito horas antes do dia das eleições . A desistência deve ser comunicada pelo partido proponente ao juiz, o qual, por sua vez, a comunica à administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna ou, nas regiões autónomas, ao Representante da República. É igualmente lícita a desistência de qualquer candidato, mediante declaração por ele subscrita com a assinatura reconhecida perante notário, mantendo-se, porém, a validade da lista apresentada.
III - RECENSEAMENTO ELEITORAL					
3.01	Suspensão da atualização do recenseamento eleitoral	SGMAI	5.º n.º 3 Lei 13/99	de 06-12-2021 a 30-01-2022	No 60.º dia que antecede cada eleição ou referendo, ou no dia seguinte* ao da convocação de referendo, se ocorrer em prazo mais curto, e até à sua realização, é suspensa a atualização do recenseamento eleitoral, sem prejuízo do disposto no número seguinte do presente artigo, no n.º 2 do artigo 35.º e nos artigos 57.º e seguintes da presente lei. <i>* O disposto na 1.ª parte do n.º 3 do artigo 60.º da LRE, nos termos do qual o recenseamento se suspende no "60.º dia que antecede cada eleição", não pode materialmente ter execução se a eleição for marcada com antecedência inferior a 60 dias, pelo que se deve aplicar a exceção admitida naquela norma para o referendo. (Deliberação CNE de 10-12-2021)</i>
3.02	Disponibilizar às comissões recenseadoras as alterações ocorridas nos cadernos	SGMAI	57.º n.º 1 Lei 13/99	até 17-12-2021	Até ao 44.º dia anterior à data da eleição ou referendo, a administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, através do SIGRE, disponibiliza às comissões recenseadoras listagens das alterações ocorridas nos cadernos de recenseamento.
3.03	Exposição das alterações ao recenseamento nas JF, consulados e embaixadas	CR	57.º n.º 3 e 25.º n.º 1 Lei 13/99	de 22-12-2021 a 27-12-2021	Entre os 39.º e o 34.º dias anteriores à eleição , são expostas nas sedes das comissões recenseadoras as listagens referidas no número anterior, para efeito de consulta e reclamação dos interessados. As comissões recenseadoras funcionam, consoante os casos, nas sedes das juntas de freguesia, dos consulados, das embaixadas ou dos postos consulares.
3.04	Reclamar para a CR	Qualquer eleitor ou partido político	60.º n.º 1 Lei 13/99	de 22-12-2021 a 27-12-2021	Durante os períodos de exposição [entre os 39.º e o 34.º dias anteriores à eleição] , pode qualquer eleitor ou partido político apresentar reclamação, por escrito, perante a comissão recenseadora das omissões ou inscrições indevidas devendo essas reclamações ser encaminhadas para a administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna no mesmo dia, pela via mais expedita.
3.05	Decidir as reclamações	SGMAI	60.º n.º 3 Lei 13/99	até 2 dias após reclamação	A administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna decide as reclamações nos 2 dias seguintes à sua apresentação , comunicando de imediato a sua decisão ao autor da reclamação, com conhecimento à comissão recenseadora que a afixa, imediatamente, na sua sede ou local de funcionamento, bem como nos postos de recenseamento, se existirem.

3.06	Recorrer para o tribunal da comarca respetivo	Eleitor reclamante e partidos políticos	61.º n.º 1, 62.º e 63.º n.º 1 Lei 13/99	até 5 dias após a decisão	Das decisões da administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna sobre reclamações que lhes sejam apresentadas cabe recurso para o tribunal da comarca da sede da respetiva comissão recenseadora. O recurso deve ser interposto no prazo de cinco dias a contar da afixação da decisão da administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna ou da decisão do tribunal de comarca. Têm legitimidade para interpor recurso os eleitores reclamantes, bem como os partidos políticos.
3.07	Decidir os recursos	Tribunal da comarca	65.º n.ºs 1 e 2 Lei 13/99	até 4 dias após o recurso	O tribunal decide definitivamente no prazo de 4 dias a contar da interposição do recurso. A decisão é imediatamente notificada à administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, ao recorrente e aos demais interessados.
3.08	Recorrer para o TC	Eleitor reclamante e partidos políticos	61.º n.º 4 e 62.º Lei 13/99	até 5 dias após a decisão	Das decisões do tribunal de comarca cabe recurso para o Tribunal Constitucional. O recurso deve ser interposto no prazo de 5 dias a contar da afixação da decisão da administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna ou da decisão do tribunal de comarca.
3.09	Decidir os recursos	TC	65.º n.ºs 1 e 2 da Lei 13/99	até 4 dias após o recurso	O tribunal decide definitivamente no prazo de 4 dias a contar da interposição do recurso. A decisão é imediatamente notificada à administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, ao recorrente e aos demais interessados.
3.10	Comunicar as retificações à BDRE	CR	58.º n.º 1 Lei 13/99	até 5 dias após a decisão do TC	Esgotados os prazos de reclamação e recurso, as comissões recenseadoras comunicam as retificações daí resultantes à BDRE no prazo de 5 dias .
3.11	Inalterabilidade dos cadernos eleitorais	-	59.º Lei 13/99	de 15-01-2022 a 30-01-2022	Os cadernos de recenseamento não podem ser alterados nos 15 dias anteriores a qualquer ato eleitoral (...) .

IV - ASSEMBLEIAS DE VOTO

4.01	Determinar os desdobramentos (e, se for o caso, os locais de voto) e comunicar: - <u>no território nacional</u> , às juntas de freguesia - <u>no estrangeiro</u> , às comissões recenseadoras	Presidente da CM / Titular do posto/secção consular	40.º n.º 3, 40.º-A e 172.º n.º 2	até 26-12-2021	Até ao 35.º dia anterior ao dia da eleição, o presidente da câmara municipal decide os pedidos de desdobramentos previstos no número anterior, comunicando-os imediatamente à correspondente junta de freguesia e aos serviços da administração eleitoral. A cada secção ou posto consular corresponde uma assembleia de voto, procedendo-se ao respetivo desdobramento quando aí estejam inscritos (...) mais de 5000 eleitores. As referências às câmaras municipais e juntas de freguesia entendem-se feitas (...) respetivamente: a) Ao titular do posto ou da secção consulares ou ao funcionário do quadro de pessoal diplomático com maior categoria a seguir ao embaixador; b) À comissão recenseadora.
4.02	Recorrer: - <u>no território nacional</u> , para a secção da instância local cível, com jurisdição no município (salvo se	JF / CR no estrangeiro / 10 eleitores	40.º n.º 4 e 172.º n.ºs 2 e 3	até 28-12-2021	Da decisão referida no número anterior cabe recurso, a interpor no prazo de dois dias , por iniciativa das juntas de freguesia ou de, pelo menos, 10 eleitores de qualquer assembleia de voto, para a secção da instância local do tribunal de comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do município, a

	existir secção da instância central cível) - <u>no estrangeiro, para o embaixador</u>				menos que na sede do município se encontre instalada uma secção da instância central daquele tribunal, com competência em matéria cível, caso em que o recurso será interposto para essa secção. As referências às (...) juntas de freguesia entendem-se feitas (...) à comissão recenseadora. As referências ao juiz presidente do tribunal da comarca com sede na capital do distrito ou região autónoma entendem-se feitas, no estrangeiro, aos embaixadores.
4.03	Decidir os recursos	Juiz / Embaixador	40.º n.º 4 e 172.º n.º 3	até 30-12-2021	Da decisão referida no número anterior cabe recurso (...) para a secção da instância local do tribunal de comarca, competente em matéria cível, com jurisdição na área do município, a menos que na sede do município se encontre instalada uma secção da instância central daquele tribunal, com competência em matéria cível (...) [que decide em igual prazo*]. As referências ao juiz presidente do tribunal da comarca com sede na capital do distrito ou região autónoma entendem-se feitas, no estrangeiro, aos embaixadores. <i>* Sendo fixado um prazo de dois dias para interpor recurso, o prazo da decisão não deve exceder idêntico prazo, à semelhança do que estava expressamente previsto na anterior redação do n.º 4 do artigo 40.º. (Deliberação CNE 06-08-2019)</i>
4.04	Afixar o mapa definitivo das assembleias e secções de voto: - <u>no território nacional, nas CM</u> - <u>no estrangeiro, no posto ou secção consular</u>	Presidente da CM / Titular do posto ou secção consular	40.º n.º 5 e 172.º n.º 2 a)	até 30-12-2021	O mapa definitivo das assembleias e secções de voto é imediatamente afixado nas câmaras municipais. As referências às câmaras municipais (...) entendem-se feitas (...) ao titular do posto ou da secção consulares ou ao funcionário do quadro de pessoal diplomático com maior categoria a seguir ao embaixador (...).
4.05	Determinar os locais das assembleias de voto	Presidente da CM / Titular do posto ou secção consular	42.º e 172.º n.º 2	-	Compete ao presidente da câmara municipal (...) determinar os locais em que funcionam as assembleias eleitorais. As referências às câmaras municipais (...) entendem-se feitas (...) ao titular do posto ou da secção consulares ou ao funcionário do quadro de pessoal diplomático com maior categoria a seguir ao embaixador (...).
4.06	Afixar o edital com o dia, a hora e os locais das assembleias de voto, os desdobramentos e a indicação dos cidadãos que votam em cada secção	Presidente da CM / Presidente da CR no estrangeiro	43.º	até 15-01-2022	Até ao 15.º dia anterior ao das eleições os presidentes das câmaras municipais ou das comissões administrativas municipais anunciam, por editais afixados nos lugares do estilo, o dia, a hora e os locais em que se reúnem as assembleias de voto e os desdobramentos e as anexações destas, se a eles houver lugar. No caso de desdobramento de assembleias de voto, consta igualmente dos editais a indicação dos cidadãos que devem votar em cada assembleia. Tratando-se de assembleias de voto que funcionem no estrangeiro, a competência prevista no n.º 1 é do presidente da comissão recenseadora.
4.07	Recorrer para o TC do edital com os locais das assembleias de voto	Qualquer eleitor	102.º-B n.ºs 2 e 7 Lei 28/82	até 16-01-2022	O prazo para a interposição do recurso é de um dia a contar da data do conhecimento pelo recorrente da deliberação impugnada. O disposto nos números anteriores é aplicável ao recurso interposto de decisões de outros órgãos da administração eleitoral.

4.08	Decidir o recurso	TC	8.º f) e 102.º-B n.º 5 Lei 28/82	até 19-01-2022	Julgar os recursos contenciosos interpostos de atos administrativos definitivos e executórios praticados pela Comissão Nacional de Eleições ou por outros órgãos da administração eleitoral. O Tribunal Constitucional decidirá o recurso em plenário, em prazo que assegure utilidade à decisão, mas nunca superior a três dias .
Assembleias de recolha e contagem dos votos dos residentes no estrangeiro					
4.09	Afixar e divulgar edital com dia e hora em que reúnem as assembleias	CNE	106.º-B	até 14-01-2022	Até 15 dias antes da eleição , a Comissão Nacional de Eleições, por edital afixado e divulgado no seu sítio da Internet, anuncia o dia e hora em que reúnem as assembleias de recolha e contagem de votos dos eleitores residentes no estrangeiro.
4.10	Definir o n.º de mesas necessárias	CNE/SGMAI	106.º-C n.º 1	até 18-01-2022	Nas assembleias de recolha e contagem de votos dos eleitores residentes no estrangeiro são constituídas as mesas necessárias para promover e dirigir as operações de apuramento.
V - MESAS ELEITORAIS					
Delegados das listas					
5.01	Indicar os delegados e suplentes secções de voto (do dia da eleição): - <u>no território nacional</u> , ao Presidente da CM - <u>no estrangeiro</u> , ao titular do posto ou secção consular	Candidatos ou mandatários das listas	46.º n.ºs 1 e 172.º n.º 2 a)	até 05-01-2022 *	Até ao vigésimo quinto dia anterior ao da eleição , os candidatos ou os mandatários das diferentes listas indicam por escrito ao presidente da câmara municipal os delegados e suplentes para as respetivas assembleias e secções de voto. As referências às câmaras municipais (...) entendem-se feitas (...) ao titular do posto ou da secção consulares ou ao funcionário do quadro de pessoal diplomático com maior categoria a seguir ao embaixador (...). * A indicação dos delegados pode ocorrer até ao dia do voto em mobilidade e até ao dia da eleição, consoante os casos (Deliberação CNE de 30-11-2020)
5.02	Indicar ao Presidente da CM os delegados e suplentes para as mesas de voto em mobilidade	Candidatos ou mandatários	46.º n.º 2	até 05-01-2022 *	A designação dos delegados e suplentes das mesas de voto antecipado em mobilidade efetua-se no vigésimo quinto dia anterior ao da eleição . * A indicação dos delegados pode ocorrer até ao dia do voto em mobilidade e até ao dia da eleição, consoante os casos (Deliberação CNE de 30-11-2020)
Membros de mesa – no território nacional (incluindo as mesas de voto antecipado em mobilidade) e no estrangeiro					
5.03	Reunir para escolha dos membros das mesas: - <u>no território nacional</u> , na sede da JF, e, no caso das mesas de voto em mobilidade, na CM - <u>no estrangeiro</u> , na sede da CR	Delegados das listas	47.º n.ºs 1, 8 a) e 10	até 06-01-2022	Até ao vigésimo quarto dia anterior ao da eleição devem os delegados reunir-se na sede da junta de freguesia, a convocação do respetivo presidente, para procederem à escolha dos membros da mesa das assembleias ou secções de voto, devendo essa escolha ser imediatamente comunicada ao presidente da câmara municipal. Quando a assembleia de voto haja sido desdobrada, está presente à reunião apenas um delegado de cada lista de entre os que houverem sido propostos pelos candidatos ou pelos mandatários das diferentes listas. À designação dos membros das mesas de voto antecipado em mobilidade aplica-se o disposto nos números anteriores com as seguintes adaptações: a) A reunião a que se refere o n.º 1 é realizada na câmara municipal, mediante convocação do respetivo presidente;

					Tratando-se de assembleias de voto que funcionem no estrangeiro, as competências atribuídas ao presidente da câmara municipal entendem-se atribuídas ao presidente da comissão recenseadora.
5.04	Comunicar o resultado da reunião: - <u>no território nacional</u> , ao Presidente da CM - <u>no estrangeiro</u> , ao presidente da CR	Presidente da JF / Presidente da CR (no estrangeiro)	47.º n.ºs 1, 8 e 10	até 06-01-2022	(...) devendo essa escolha ser imediatamente comunicada ao presidente da câmara municipal (...). À designação dos membros das mesas de voto antecipado em mobilidade aplica-se o disposto nos números anteriores (...). Tratando-se de assembleias de voto que funcionem no estrangeiro, as competências atribuídas ao presidente da câmara municipal entendem-se atribuídas ao presidente da comissão recenseadora. <i>(nota: no estrangeiro, há coincidência entre o remetente e o destinatário da comunicação)</i>
5.05	Na falta de acordo, propor nomes: - <u>no território nacional</u> , ao Presidente da CM - <u>no estrangeiro</u> , ao presidente da CR	Delegados das listas	47.º n.ºs 2, 8 e 10	07-01-2022 ou 08-01-2022	Na falta de acordo, o delegado de cada lista propõe, por escrito, no vigésimo terceiro ou vigésimo segundo dia anterior ao da eleição , ao presidente da câmara municipal, dois cidadãos por cada lugar ainda por preencher (...). À designação dos membros das mesas de voto antecipado em mobilidade aplica-se o disposto nos números anteriores (...). Tratando-se de assembleias de voto que funcionem no estrangeiro, as competências atribuídas ao presidente da câmara municipal entendem-se atribuídas ao presidente da comissão recenseadora.
5.06	Sorteio dos nomes propostos	Presidente da CM / Presidente da CR (no estrangeiro)	47.º n.ºs 2, 8 e 10	até 09-01-2022	(...) para que entre eles se faça a escolha, no prazo de 24 horas , através de sorteio efetuado no edifício da câmara municipal e na presença dos delegados das listas concorrentes à eleição, na secção de voto em causa. (...) À designação dos membros das mesas de voto antecipado em mobilidade aplica-se o disposto nos números anteriores (...). Tratando-se de assembleias de voto que funcionem no estrangeiro, as competências atribuídas ao presidente da câmara municipal entendem-se atribuídas ao presidente da comissão recenseadora.
5.07	Designar os membros em falta	Presidente da CM / Presidente da CR (no estrangeiro)	47.º n.ºs 2, 3, 8 b) e 10	09-01-2022	(...) Nos casos em que não tenham sido propostos cidadãos pelos delegados das listas, compete ao presidente da câmara municipal nomear os membros da mesa cujos lugares estejam por preencher. Nas secções de voto em que o número de cidadãos com os requisitos necessários à constituição das mesas seja comprovadamente insuficiente, compete aos presidentes das câmaras municipais nomear, de entre os cidadãos inscritos no recenseamento eleitoral da mesma freguesia, os membros em falta. À designação dos membros das mesas de voto antecipado em mobilidade aplica-se o disposto nos números anteriores com as seguintes adaptações: (...) b) Compete ao presidente da câmara municipal, (...), nomear os membros das mesas em falta de entre os cidadãos inscritos no recenseamento eleitoral das freguesias dos seus concelhos Tratando-se de assembleias de voto que funcionem no estrangeiro, as competências atribuídas ao presidente da câmara municipal entendem-se atribuídas ao presidente da comissão recenseadora.

5.08	<p>Afixar edital com os nomes dos membros das mesas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <u>no território nacional</u>, à porta da JF, e, no caso das mesas de voto em mobilidade, na sede da CM; - <u>no estrangeiro</u>, à porta do local onde vão funcionar no dia da eleição 	Presidente da CM / Presidente da CR (no estrangeiro)	47.º n.ºs 4, 8 c), 10 e 11	entre 07-01-2022 e 11-01-2022	<p>Os nomes dos membros da mesa escolhidos pelos delegados das listas ou pelas autoridades referidas nos números anteriores são publicados em edital afixado, no prazo de quarenta e oito horas, à porta da sede da junta de freguesia (...).</p> <p>À designação dos membros das mesas de voto antecipado em mobilidade aplica-se o disposto nos números anteriores com as seguintes adaptações: (...)</p> <p>c) O edital a que se refere o n.º 4 é afixado na sede do município;</p> <p>Tratando-se de assembleias de voto que funcionem no estrangeiro, as competências atribuídas ao presidente da câmara municipal entendem-se atribuídas ao presidente da comissão recenseadora.</p> <p>Tratando-se de assembleias de voto que funcionem no estrangeiro, o edital previsto no n.º 4 é afixado à porta do local onde as mesmas reúnem no dia da eleição, sendo dispensada a comunicação prevista no n.º 6.</p>
5.09	<p>Reclamar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <u>no território nacional</u>, para o presidente da CM; - <u>no estrangeiro</u>, para o presidente da CR 	Qualquer eleitor	47.º n.ºs 4, 8 d) e 10	entre 09-01-2022 e 13-01-2022	<p>(...) podendo qualquer eleitor reclamar contra a escolha perante o presidente da câmara municipal ou da comissão administrativa municipal nos dois dias seguintes, com fundamento em preterição dos requisitos fixados na presente lei.</p> <p>À designação dos membros das mesas de voto antecipado em mobilidade aplica-se o disposto nos números anteriores com as seguintes adaptações: d) A reclamação a que se refere o n.º 4 é feita perante o presidente da câmara municipal.</p> <p>Tratando-se de assembleias de voto que funcionem no estrangeiro, as competências atribuídas ao presidente da câmara municipal entendem-se atribuídas ao presidente da comissão recenseadora.</p>
5.10	Decidir a reclamação	Presidente da CM / Presidente da CR (no estrangeiro)	47.º n.ºs 5 e 10	entre 10-01-2022 e 14-01-2022	<p>Aquela autoridade decide a reclamação em vinte e quatro horas e, se a atender, procede imediatamente a nova designação através de sorteio efectuado no edifício da câmara municipal (...) e na presença dos delegados das listas concorrentes à eleição na secção de voto em causa.</p> <p>Tratando-se de assembleias de voto que funcionem no estrangeiro, as competências atribuídas ao presidente da câmara municipal entendem-se atribuídas ao presidente da comissão recenseadora.</p>
5.11	Elaborar os alvarás e comunicar às JF	Presidente da CM / Presidente da CR (no estrangeiro)	47.º n.ºs 6 e 10	até 18-01-2022	<p>Até ao décimo segundo dia anterior ao da eleição, o presidente da câmara lavra o alvará de nomeação dos membros das assembleias eleitorais e comunica as nomeações às juntas de freguesia competentes.</p> <p>Tratando-se de assembleias de voto que funcionem no estrangeiro, as competências atribuídas ao presidente da câmara municipal entendem-se atribuídas ao presidente da comissão recenseadora.</p>
Assembleias de recolha e contagem dos votos dos residentes no estrangeiro					
5.12	Indicar à CNE os delegados e suplentes às assembleias de recolha e contagem de votos dos eleitores residentes no estrangeiro	Candidatos ou mandatários das listas	106.º-D n.º 2	até 18-01-2022	<p>Até ao décimo segundo dia anterior à data da eleição os candidatos ou os mandatários das diferentes listas indicam por escrito, à Comissão Nacional de Eleições, os seus delegados e os seus suplentes às assembleias de recolha e contagem de votos dos eleitores residentes no estrangeiro.</p>
5.13	Reunir para a designação dos membros das mesas das assembleias de	Delegados das listas	106.º-E n.º 1	18-01-2022	<p>No décimo segundo dia anterior ao da eleição, os delegados das diferentes listas reúnem em local disponibilizado pela administração eleitoral da</p>

	recolha e contagem de votos dos eleitores residentes no estrangeiro				Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna e procedem à escolha dos membros das mesas das assembleias de recolha e contagem de votos dos eleitores residentes no estrangeiro (...).
5.14	Comunicar o resultado da reunião à CNE	Delegados das listas	106.º-E n.º 1	18-01-2022	(...) comunicando-a imediatamente à Comissão Nacional de Eleições.
5.15	Na falta de acordo, propor nomes à CNE	Delegados das listas	106.º-E n.º 2	19-01-2022	Na falta de acordo, o delegado de cada lista propõe no dia seguinte , por escrito, à Comissão Nacional de Eleições dois cidadãos por cada lugar ainda por preencher (...).
5.16	Escolha dos nomes propostos	CNE	106.º-E n.º 2	20-01-2022	(...) para que, entre eles, faça a escolha no prazo de 24 horas .
5.17	Nomear membros em falta	CNE	106.º-E n.º 3	20-01-2022	No caso de não terem sido propostos pelos delegados das listas cidadãos em número suficiente para constituírem a mesa, compete à Comissão Nacional de Eleições nomear os membros em falta.
5.18	Divulgar edital com nomes dos membros de mesas	SGMAI	106.º-E n.º 4	entre 19-01-2022 e 21-01-2022	Os nomes dos membros das mesas escolhidos pelos delegados das listas ou pela entidade referida no número anterior constam de edital divulgado, no prazo de 24 horas , pela administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (...).
5.19	Reclamar perante o Presidente da CNE contra a escolha dos membros de mesa	Qualquer eleitor	106.º-E n.º 4	entre 19-01-2022 e 23-01-2022	(...) contra a escolha pode qualquer eleitor reclamar perante o presidente da Comissão Nacional de Eleições nos dois dias seguintes , com fundamento em preterição dos requisitos fixados na lei.
5.20	Decidir a reclamação	Presidente da CNE	106.º-E n.º 5	entre 20-01-2022 e 24-01-2022	O presidente da Comissão Nacional de Eleições decide a reclamação em 24 horas e, se a atender, procede imediatamente a nova designação contra a qual não pode haver reclamação.
5.21	Elaborar os alvarás de nomeação dos membros das mesas	CNE	106.º-E n.º 6	até 24-01-2022	Até cinco dias antes do dia da eleição a Comissão Nacional de Eleições lavra os alvarás de nomeação dos membros das mesas das assembleias de recolha e contagem de votos dos eleitores residentes no estrangeiro.
5.22	Extrair cópias dos cadernos de recenseamento	SGMAI	106.º-G	Logo que definidas as assembleias de recolha e contagem de votos	Logo que definidas as assembleias de recolha e contagem de votos dos eleitores residentes no estrangeiro, a administração eleitoral da Secretaria - Geral do Ministério da Administração Interna providencia pela extração de duas cópias ou fotocópias dos cadernos eleitorais para serem entregues aos escrutinadores ou, desde que reunidas as condições técnicas necessárias, disponibiliza os cadernos eleitorais desmaterializados.
Geral					
5.23	Invocar impedimento perante o Presidente da CM / Presidente da CR (estrangeiro)	Eleitor designado membro de mesa	47.º n.º 7	até 26-01-2022	Os que forem designados membros de mesa de assembleia eleitoral e que até três dias antes das eleições justifiquem, nos termos legais, a impossibilidade de exercerem essas funções são imediatamente substituídos, nos termos do n.º 2, pelo presidente da câmara municipal.
5.24	Substituir os membros de mesa impedidos	Presidente da CM / Presidente da CR (no estrangeiro)	47.º n.ºs 7 e 10	até 26-01-2022	Os que forem designados membros de mesa de assembleia eleitoral e que até três dias antes das eleições justifiquem, nos termos legais, a impossibilidade de exercerem essas funções são

					imediatamente substituídos, nos termos do n.º 2, pelo presidente da câmara municipal. Tratando-se de assembleias de voto que funcionem no estrangeiro, as competências atribuídas ao presidente da câmara municipal entendem-se atribuídas ao presidente da comissão recenseadora.
--	--	--	--	--	---

VI – VOTO EM MOBILIDADE E ANTECIPADO

Voto em mobilidade no território nacional:

- Todos os eleitores recenseados no território nacional que nele pretendam exercer o seu direito de voto – 79.º-A

Voto antecipado no território nacional (internados e presos):

- Eleitores que, por motivo de doença, se encontrem internados ou que previsivelmente venham a estar internados em estabelecimento hospitalar - 79.º-B n.º 1 a)

- Eleitores que se encontrem presos - 79.º-B n.º 1 b)

Voto antecipado no estrangeiro (eleitores recenseados no território nacional):

- Quando deslocados no estrangeiro, por inerência do exercício de funções públicas – 79.º-B n.º 2 a)

- Quando deslocados no estrangeiro, por inerência do exercício de funções privadas - 79.º-B n.º 2 b)

- Quando deslocados no estrangeiro em representação oficial de seleção nacional, organizada por federação desportiva dotada de estatuto de utilidade pública desportiva - 79.º-B n.º 2 c)

- Enquanto estudantes, investigadores, docentes e bolseiros de investigação deslocados no estrangeiro em instituições de ensino superior, unidades de investigação ou equiparadas reconhecidas pelo ministério competente - 79.º-B n.º 2 d)

- Doentes em tratamento no estrangeiro - 79.º-B n.º 2 e)

- Que vivam ou que acompanhem os eleitores mencionados nas alíneas anteriores - 79.º-B n.º 2 f)

Eleitores a que se refere o artigo 79.º-A – voto em mobilidade

6.01	Manifestar a intenção de votar antecipadamente em mobilidade	Eleitores	79.º-C n.º 2	entre 16-01-2022 e 20-01-2022	Os eleitores que pretendam votar antecipadamente em mobilidade devem manifestar essa intenção, por via postal ou por meio eletrónico disponibilizado para esse efeito pela administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, entre o décimo quarto e o décimo dias anteriores ao da eleição .
6.02	Contactar o eleitor caso seja detetada alguma desconformidade nos dados fornecidos	SGMAI	79.º-C n.º 4	entre 17-01-2022 e 21-01-2022	Caso seja detetada alguma desconformidade nos dados fornecidos, o eleitor será contactado pela administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, no prazo de 24 horas , por meio eletrónico ou via postal, com vista ao seu esclarecimento.
6.03	Comunicar a relação dos eleitores aos Presidentes da CM	SGMAI	79.º-C n.º 5	entre 18-01-2022 e 22-01-2022	A administração eleitoral da Secretaria -Geral do Ministério da Administração Interna comunica aos presidentes das câmaras municipais a relação nominal dos eleitores que optaram por essa modalidade de votação na sua área de circunscrição.
6.04	Enviar os boletins de voto aos presidentes da CM, através das forças de segurança	SGMAI	79.º-C n.º 6	entre 18-01-2022 e 22-01-2022	A administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, através das forças de segurança, providencia pelo envio dos boletins de voto aos presidentes da câmara dos municípios indicados pelos eleitores nos termos do n.º 3.
6.05	Votar	Eleitores	79.º-C n.º 7	no dia 23-01-2022	Para exercer o direito de voto, o eleitor dirige-se à mesa de voto por si escolhida no sétimo dia anterior ao da eleição e identifica-se mediante apresentação do seu documento de identificação civil, indicando a sua freguesia de inscrição no recenseamento.
6.06	Elaborar a ata das operações eleitorais e remeter aos presidentes das CM da sede do círculo eleitoral	Mesa de voto	79.º-C n.º 13	23-01-2022	Terminadas as operações de votação , a mesa elabora uma ata das operações efetuadas, dela reproduzindo tantos exemplares quantos necessários, destinada aos presidentes das assembleias de apuramento geral, remetendo-as para esse feito aos presidentes das câmaras municipais.

6.07	Recolher o material eleitoral e entregar aos Presidentes das CM (onde os eleitores se encontram inscritos)	Forças de segurança (PSP/GNR)	79.º-C n.º 15	24-01-2022	No dia seguinte ao do voto antecipado , as forças de segurança procedem à recolha do material eleitoral das mesas de voto em mobilidade, em todo o território nacional, para entrega aos presidentes das câmaras municipais (...).
6.08	Remeter o material eleitoral às JF	Presidentes das CM	79.º-C n.º 15	até 29-01-2022	(...) que providenciam pela sua remessa às juntas de freguesia onde os eleitores se encontram inscritos.
6.09	Remeter os votos aos presidentes das mesas	JF	79.º-C n.º 16	até às 8h00 de 30-01-2022	A junta de freguesia destinatária dos votos recebidos remete-os ao presidente da mesa da assembleia de voto até ao dia e hora previstos no artigo 41.º .
Eleitores abrangidos pelo art.º 79.º-B n.º 1 – voto antecipado – internados e presos					
6.10	Requerer o voto antecipado à SGMAI	Eleitores internados e presos	79.º-B n.º 1 e 79.º-D n.º 1	até 10-01-2022	Podem votar antecipadamente os eleitores que: a) Por motivo de doença se encontrem internados ou que previsivelmente venham a estar internados em estabelecimento hospitalar; b) Se encontrem presos. Os eleitores que se encontrem nas condições previstas no n.º 1 do artigo 79.º-B podem requerer, por meios eletrónicos ou por via postal, à administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, até ao vigésimo dia anterior ao da eleição , o exercício do direito de voto antecipado, indicando o número do seu documento de identificação civil e juntando documento comprovativo do impedimento invocado, passado pelo médico assistente e confirmado pela direção do estabelecimento hospitalar, ou documento emitido pelo diretor do estabelecimento prisional, conforme os casos.
6.11	Enviar ao Presidente da CM do município onde se encontra o eleitor: - a relação nominal dos eleitores; - os estabelecimentos abrangidos; - a documentação para votar.	SGMAI	79.º-D n.º 2	até 13-01-2022	Até ao décimo sétimo dia anterior ao da eleição , a administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna envia ao presidente da câmara do município onde se encontrem eleitores nas condições definidas no n.º 1, por correio registado com aviso de receção, a relação nominal dos eleitores e locais abrangidos e correspondente número de boletins de voto, sobrescritos brancos e azuis.
6.12	Notificar as candidaturas	Presidente da CM onde se situa o estabelecimento hospitalar ou prisional	79.º-D n.º 3	até 14-01-2022	O presidente da câmara do município onde se situe o estabelecimento hospitalar ou prisional em que o eleitor se encontre internado ou preso notifica, até ao décimo sexto dia anterior ao da eleição , as listas concorrentes à eleição para cumprimento dos fins previstos no n.º 4 do artigo 79.º-B, dando conhecimento de quais os estabelecimentos onde se realiza o voto antecipado.
6.13	Indicar os delegados ao Presidente da CM onde se situar o estabelecimento	Candidatos ou mandatários das listas	79.º-D n.º 4	até 16-01-2022	A nomeação dos delegados das listas deve ser transmitida ao presidente da câmara até ao décimo quarto dia anterior ao da eleição .
6.14	Votar (Presidente da CM recolhe os votos)	Eleitores	79.º-D n.ºs 5 e 6	entre 17-01-2022 e 20-01-2022	Entre o décimo terceiro e o décimo dias anteriores ao da eleição , o presidente da câmara, em dia e hora previamente anunciados ao respetivo diretor e aos delegados das listas, desloca-se aos estabelecimentos onde se encontrem eleitores nas condições mencionadas no n.º 1, a fim de ser dado cumprimento, com as necessárias adaptações, ditadas pelos constrangimentos dos regimes hospitalares ou prisionais, ao disposto nos n.ºs 8 a 15 do artigo anterior.

					O presidente da câmara pode excepcionalmente fazer-se substituir, para o efeito da diligência prevista no número anterior, por qualquer vereador do município devidamente credenciado.
6.15	Elaborar a ata das operações eleitorais e remeter aos Presidentes das CM	Mesa de voto	79.º-C n.º 13 e 79.º-D n.º 5	entre 17-01-2022 e 20-01-2022	Terminadas as operações de votação , a mesa elabora uma ata das operações efetuadas, dela reproduzindo tantos exemplares quantos necessários, destinada aos presidentes das assembleias de apuramento geral, remetendo-as para esse feito aos presidentes das câmaras municipais. (...) a fim de ser dado cumprimento, com as necessárias adaptações, ditadas pelos constrangimentos dos regimes hospitalares ou prisionais, ao disposto nos n.ºs 8 a 15 do artigo anterior.
6.16	Recolher o material eleitoral e entregar aos Presidentes das CM (onde os eleitores se encontram inscritos)	Forças de segurança (PSP/GNR)	79.º-C n.º 15	entre 18-01-2022 e 21-01-2022	No dia seguinte ao do voto antecipado , as forças de segurança procedem à recolha do material eleitoral (...), em todo o território nacional, para entrega aos presidentes das câmaras municipais (...).
6.17	Remeter o material eleitoral às JF	Presidentes das CM	79.º-C n.º 15	até 29-01-2022	(...) que providenciam pela sua remessa às juntas de freguesia onde os eleitores se encontram inscritos.
6.18	Remeter os votos aos presidentes das mesas	JF	79.º-C n.º 16	até às 8h00 de 30-01-2022	A junta de freguesia destinatária dos votos recebidos remete-os ao presidente da mesa da assembleia de voto até ao dia e hora previstos no artigo 41.º .
Eleitores abrangidos pelo art.º 79º-B n.º 2 - voto antecipado - deslocados no estrangeiro (recenseados no território nacional)					
6.19	Indicar os delegados ao funcionário diplomático designado para o efeito	Candidatos ou mandatários das listas	79.º-E n.º 4	até 14-01-2022	As operações eleitorais previstas nos números anteriores podem ser fiscalizadas pelas listas que nomeiem delegados até ao décimo sexto dia anterior ao da eleição .
6.20	Votar	Eleitores	79.º-E n.ºs 1 e 3	entre 18-01-2022 e 20-01-2022	Os eleitores que se encontrem nas condições previstas no n.º 2 do artigo 79.º-B podem exercer o direito de sufrágio entre o décimo segundo e o décimo dias anteriores ao da eleição , junto das representações diplomáticas, consulares ou nas delegações externas das instituições públicas portuguesas previamente definidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, nos termos estabelecidos nos n.ºs 7 a 14 do artigo 79.º-C. No caso dos eleitores referidos na alínea a) do n.º 2 do artigo 79.º-B, se o Ministério dos Negócios Estrangeiros reconhecer a impossibilidade da sua deslocação aos locais referidos no n.º 1, designa um funcionário diplomático, que procede à recolha da correspondência eleitoral, no período ali referido .
6.21	Elaborar a ata das operações eleitorais e remeter aos Presidentes das CM da sede do círculo eleitoral	Funcionário diplomático designado	79.º-C n.º 13 e 79.º-E n.º 2	20-01-2022	Terminadas as operações de votação , a mesa elabora uma ata das operações efetuadas, dela reproduzindo tantos exemplares quantos necessários, destinada aos presidentes das assembleias de apuramento geral, remetendo-as para esse feito aos presidentes das câmaras municipais. As funções previstas nos n.ºs 8 a 13 do artigo 79.º-C são asseguradas por funcionário diplomático designado para o efeito (...).
6.22	Remeter a correspondência eleitoral à JF	Funcionário diplomático designado	79.º-E n.º 2	20-01-2022	As funções previstas nos n.ºs 8 a 13 do artigo 79.º-C são asseguradas por funcionário diplomático designado para o efeito, a quem cabe remeter a

					correspondência eleitoral pela via mais expedita à junta de freguesia respetiva.
6.23	Remeter os votos aos presidentes das mesas	JF	79.º-C n.º 16	até às 8h00 de 30-01-2022	A junta de freguesia destinatária dos votos recebidos remete-os ao presidente da mesa da assembleia de voto até ao dia e hora previstos no artigo 41.º .
VII - VOTO DOS ELEITORES EM CONFINAMENTO OBRIGATÓRIO					
Podem votar antecipadamente, desde que se encontrem recenseados no concelho da morada do local de confinamento ou da morada da instituição, os eleitores que:					
a) Por força da pandemia da doença COVID-19, estão sujeitos a confinamento obrigatório, no respetivo domicílio ou noutro local definido ou autorizado pelas autoridades de saúde, que não em estabelecimento hospitalar;					
b) Residem em estruturas residenciais e instituições similares, que não em estabelecimento hospitalar, e não se devam ausentar das mesmas em virtude da pandemia da doença COVID-19. Artigo 3.º, n.º 1, da Lei Orgânica n.º 3/2020.					
7.01	Requerer o voto antecipado (à SGMAI ou na JF)	Eleitores em confinamento obrigatório	4.º n.ºs 1 e 2 LO 3/2020	entre 20-01-2022 e 23-01-2022	Os eleitores (...) podem requerer o exercício do direito de voto antecipado, através do registo em plataforma eletrónica disponibilizada para o efeito pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, a partir do 10.º e até ao final do 7.º dias anteriores ao do sufrágio . O pedido de voto antecipado pode ainda ser efetuado na freguesia correspondente à morada do recenseamento por quem, mediante exibição de procuração simples, acompanhada de cópia do documento de identificação civil do requerente, represente o eleitor, devendo esse pedido ser, de imediato, inscrito na plataforma a que se refere o número anterior pelos serviços da autarquia.
7.02	Notificar as candidaturas	Presidente da CM	5.º n.º 1 LO 3/2020	23-01-2022	O presidente da câmara de cada município onde existam eleitores registados para votar antecipadamente notifica, no final do sétimo dia anterior ao do sufrágio , as candidaturas (...), dando conhecimento da realização das operações de voto antecipado em mobilidade para eleitores sujeitos à medida de confinamento obrigatório, para que possam, querendo, nomear delegados seus para fiscalizarem as operações de voto antecipado, gozando de todas as imunidades e direitos previstos na lei para os delegados.
7.03	Providenciar, preparar e organizar	CM	4.º n.º 7 LO 3/2020	entre 20-01-2022 e 23-01-2022	As câmaras municipais, a quem compete assegurar localmente a modalidade de voto antecipado prevista na presente lei, acedem às inscrições dos eleitores dos seus municípios em tempo real, através de meio eletrónico disponibilizado para o efeito pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, com vista a providenciarem a preparação e organização de toda a logística necessária.
7.04	Enviar os boletins de voto aos presidentes da CM	SGMAI	4.º n.º 8 LO 3/2020	até 24-01-2022	Os serviços da administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna providenciam em tempo, e através das forças de segurança, o envio do número suficiente de boletins de voto, de sobrescritos brancos e de sobrescritos azuis aos presidentes de câmaras onde haja eleitores registados para votar antecipadamente nos termos da presente lei.
7.05	Anunciar dia e hora da deslocação à morada do eleitor	Presidente da CM	6.º n.º 1 LO 3/2020	até 24-01-2022	(...) o presidente da câmara dos municípios onde se encontrem os eleitores registados para votar antecipadamente (...), em dia e hora previamente anunciados aos mesmos e aos delegados e fixados por

					meio de edital, também divulgado no sítio do município na Internet (...).
7.06	Indicar os delegados ao presidente da CM	Candidatos ou mandatários das listas	5.º n.º 2 LO 3/2020	25-01-2022	A nomeação de delegados deve ser transmitida ao presidente da câmara municipal até ao quinto dia anterior ao do sufrágio e rege -se pelo disposto na lei aplicável ao ato eleitoral ou referendário em causa.
7.07	Votar (recolha de votos pelo presidente da câmara municipal)	Eleitores em confinamento obrigatório	6.º n.ºs 1, 2 e 6 LO 3/2020	entre 25-01-2022 e 26-01-2022	Entre o quinto e o quarto dias anteriores ao do sufrágio ou referendo, o presidente da câmara dos municípios onde se encontrem os eleitores registados para votar antecipadamente nos termos da presente lei, em dia e hora previamente anunciados aos mesmos e aos delegados e fixados por meio de edital, também divulgado no sítio do município na Internet, desloca-se à morada indicada a fim de aí serem asseguradas as operações de votação. O presidente de câmara municipal pode fazer-se substituir, para o efeito das diligências previstas no número anterior, por qualquer vereador do município ou funcionário municipal devidamente credenciado. Em casos excecionais decorrentes de impedimento de exercício de funções devido a confinamento dos próprios funcionários, pode recorrer-se ao mapa de pessoal de outra autarquia ou de serviços da administração central do Estado para constituição das equipas, após articulação entre a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, as autarquias e os serviços envolvidos.
7.08	Elaborar a ata das operações eleitorais e remeter à AAG	Funcionário municipal	8.º n.º 1 LO 3/2020	27-01-2022	Terminadas as operações de votação , o presidente de câmara municipal, ou quem o substitua no ato, elabora uma ata das operações de votação efetuadas destinada (..) à assembleia de apuramento (...) geral (...), remetendo-a para o efeito ao respetivo presidente.
7.09	Desinfeção e quarentena dos sobrescritos com os votos recolhidos	Tribunal	9.º n.ºs 1, 2 e 3 LO 3/2020	27-01-2022 e 28-01-2022	Terminadas as operações de votação, a câmara municipal providencia pela divisão dos sobrescritos contendo os boletins de voto separados por lotes correspondendo às freguesias e respetivas mesas, colocando cada lote em pacote que é devidamente fechado e assinado. As forças de segurança procedem à recolha do material eleitoral, em todo o território nacional, para entrega ao juiz do juízo de competência genérica com jurisdição no respetivo município, salvo quando o mesmo esteja abrangido por juízo local cível, ficando o mesmo à sua guarda e sob medidas de segurança que determinar. Os sobrescritos com os votos recolhidos no âmbito das diligências a que se refere o número anterior são sujeitos a desinfeção e quarentena durante 48 horas .
7.10	Entregar o material eleitoral às JF	Forças de segurança	10.º n.º 1 LO 3/2020	29-01-2022	No dia anterior ao da eleição, as forças de segurança procedem ao levantamento do material eleitoral, junto do tribunal, para entrega às juntas de freguesia onde os eleitores se encontram inscritos.
7.11	Remeter os votos aos presidentes das mesas	JF	10.º n.º 2 LO 3/2020	até às 07h00 de 30-01-2022	A junta de freguesia destinatária dos votos recebidos remete-os aos presidentes das mesas da assembleia de voto até às 7 horas do dia previsto para a realização do sufrágio , para os efeitos previstos na Lei Eleitoral.

VIII - PROPAGANDA E CAMPANHA ELEITORAL

8.01	Anunciar os locais adicionais para afixar propaganda	CM	7.º n.º 3 da Lei 97/88	até 16-12-2021	Até 30 dias do início de cada campanha eleitoral , as câmaras municipais devem publicar editais onde constem os locais onde pode ser afixada propaganda política, os quais não podem ser inferiores a um local por 5000 eleitores ou por freguesia.
8.02	Declarar a disponibilidade das salas de espetáculos para ações de campanha	Proprietários das salas de espetáculos ou de outros recintos	65.º n.º 1	até 05-01-2022	Os proprietários de salas de espetáculos ou de outros recintos de normal utilização pública que reúnam condições para serem utilizados na campanha eleitoral devem declará-lo ao presidente da câmara municipal até 10 dias antes da abertura da campanha eleitoral , indicando as datas e horas em que as salas ou recintos podem ser utilizados para aquele fim (...).
8.03	Requisitar as salas de espetáculos ou outros recintos	Presidente da CM	65.º n.º 1	entre 05-01-2022 e 28-01-2022	(...) Na falta de declaração ou em caso de comprovada carência, o presidente da câmara municipal pode requisitar as salas e os recintos que considere necessários à campanha eleitoral, sem prejuízo da actividade normal e programada para os mesmos.
8.04	Indicar o horário dos tempos de antena à CNE	Estações de rádio e de televisão	62.º n.º 3	até 05-01-2022	Até dez dias antes da abertura da campanha as estações devem indicar à Comissão Nacional de Eleições o horário previsto para as emissões.
8.05	Homologar a tabela de compensação pela emissão de tempos de antena	Membro do Governo competente	69.º n.º 2	até 10-01-2022	O Estado, através da administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, compensa as estações de rádio e de televisão pela utilização, devidamente comprovada, correspondente às emissões previstas no n.º 2 do artigo 62.º, mediante o pagamento de quantia constante de tabelas a homologar pelo membro do governo responsável pela área da comunicação social até ao sexto dia anterior à abertura da campanha eleitoral .
8.06	Definir os espaços especiais para afixar propaganda	JF	66.º n.º 1	até 12-01-2022	As juntas de freguesia devem estabelecer, até três dias antes do início da campanha eleitoral , espaços especiais em locais certos destinados à afixação de cartazes, fotografias, jornais murais, manifestos e avisos.
8.07	Repartir a utilização dos edifícios públicos e das salas de espetáculo	Presidente da CM	65.º n.ºs 2 e 3	até 12-01-2022	O tempo destinado a propaganda eleitoral, nos termos do número anterior, é repartido igualmente pelos partidos políticos e coligações que o desejem e tenham apresentado candidaturas (...). Até três dias antes da abertura da campanha eleitoral , o presidente da câmara municipal, ouvidos os mandatários das listas, indica os dias e as horas atribuídos a cada partido e coligação de modo a assegurar a igualdade entre todos.
8.08	Sorteio dos tempos de antena	CNE	63.º n.º 3	até 12-01-2022	A Comissão Nacional de Eleições, até três dias antes da abertura da campanha eleitoral , organiza, de acordo com os critérios referidos nos números anteriores, tantas séries de emissões quantos os partidos políticos e as coligações com direito a elas, procedendo-se a sorteio entre os que estiverem colocados em posição idêntica.
8.09	Campanha eleitoral	-	53.º	de 16-01-2022 a 28-01-2022	O período da campanha eleitoral inicia-se no 14.º dia anterior e finda às 24 horas da antevéspera do dia designado para as eleições .
8.10	Igualdade de oportunidades e de	Órgãos de comunicação social	6.º e 11.º n.º 1 Lei 72-A/2015	de 16-01-2022 a 28-01-2022	Durante o período de campanha eleitoral , os órgãos de comunicação social devem observar equilíbrio, representatividade e equidade no tratamento das

	tratamento das diversas candidaturas				notícias, reportagens de factos ou acontecimentos de valor informativo relativos às diversas candidaturas, tendo em conta a sua relevância editorial e de acordo com as possibilidades efetivas de cobertura de cada órgão. Na utilização da <i>Internet</i> , os órgãos de comunicação social observam, com as devidas adaptações, as mesmas regras a que estão adstritos, por força da presente lei, em relação aos demais meios de comunicação.
8.11	Suspender a participação de colaboradores que sejam candidatos	Órgãos de comunicação social	5.º n.º 3 Lei 72-A/2015	de 16-01-2022 a 28-01-2022	Os órgãos de comunicação social que integrem candidatos ao ato eleitoral como colaboradores regulares, em espaço de opinião, na qualidade de comentadores, analistas, colunistas ou através de outra forma de colaboração equivalente, devem suspender essa participação e colaboração durante o período da campanha eleitoral e até ao encerramento da votação.
8.12	Registar e arquivar os tempos de antena	Estações de rádio e de televisão	62.º n.º 4	até 31-01-2023	As estações de rádio e de televisão registam e arquivam, pelo prazo de um ano , o registo das emissões correspondentes ao exercício do direito de antena.

IX - SONDAgens E INQUÉRITOS DE OPINIÃO

9.01	Autorizar a realização de sondagens em dia de votação e credenciar os entrevistadores	CNE	16.º Lei 10/2000	a partir de 06-12-2021	Compete à Comissão Nacional de Eleições: a) Autorizar a realização de sondagens em dia de acto eleitoral ou referendário, credenciar os entrevistadores indicados para esse efeito e fiscalizar o cumprimento do disposto no artigo 11º, bem como anular, por acto fundamentado, autorizações previamente concedidas(...).
9.02	Realizar sondagem ou inquérito de opinião em dia de votação	Empresas credenciadas	11.º Lei 10/2000	23-01-2022 e 30-01-2022	Na realização de sondagens ou inquéritos de opinião junto dos locais de voto em dia de acto eleitoral ou referendário não é permitida a inquirição de eleitores no interior das salas onde funcionam as assembleias de voto. Nas proximidades dos locais de voto apenas é permitida a recolha de dados por entrevistadores devidamente credenciados, utilizando técnicas de inquirição que salvaguardem o segredo do voto, nomeadamente através da simulação do voto em urna e apenas após o exercício do direito de sufrágio.
9.03	Proibição de divulgação de sondagens ou de inquéritos de opinião	-	10.º n.º 1 Lei 10/2000	entre as 0h00 de 29-01-2022 e as 20h00 (hora Lisboa) de 30-01-2022	É proibida a publicação e a difusão bem como o comentário, a análise e a projecção de resultados de qualquer sondagem ou inquérito de opinião, directa ou indirectamente relacionados com actos eleitorais (...), desde o final da campanha relativa à realização do acto eleitoral (...) até ao encerramento das urnas em todo o País.

X - ELEIÇÃO, APURAMENTO E CONTENCIOSO

10.01	Remeter os boletins de voto aos cidadãos residentes no estrangeiro que optem por votar pela via postal	SGMAI	79.º-G n.º 2 e 3	a partir de 21-12-2021	O Ministério da Administração Interna procede à remessa dos boletins de voto dos cidadãos inscritos nos cadernos eleitorais elaborados pelas comissões de recenseamento no estrangeiro que optem por votar pela via postal. A remessa é feita pela via postal mais rápida, sob registo, no mais curto prazo possível após a realização do sorteio a que se refere o n.º 1 do artigo 31.º, para as moradas indicadas nos cadernos de recenseamento.
-------	--	-------	------------------	------------------------	--

10.02	Entregar a cada presidente de mesa um caderno destinado à ata, impressos, mapas e boletins de voto, <u>no estrangeiro</u>	Titular do posto/secção consular	52.º e 172.º n.º 2 a)	até 26-01-2022	<p>O presidente da câmara municipal entrega a cada presidente de assembleia ou secção de voto, até três dias antes do dia designado para a eleição, um caderno destinado às atas das operações eleitorais, com termo de abertura por ele assinado e com todas as folhas por ele rubricadas, bem como os impressos e mapas que se tornem necessários.</p> <p>O presidente da câmara municipal entrega também a cada presidente de assembleia ou secção de voto, até três dias antes do dia designado para a eleição, os boletins de voto bem como as respetivas matrizes em braille.</p> <p>As referências às câmaras municipais (...) entendem-se feitas (...) ao titular do posto ou da secção consulares ou ao funcionário do quadro de pessoal diplomático com maior categoria a seguir ao embaixador (...).</p>
10.03	Entregar a cada presidente de mesa um caderno destinado à ata, impressos, mapas e boletins de voto, <u>no território nacional</u>	Presidente da CM	52.º	até 26-01-2022	<p>O presidente da câmara municipal entrega a cada presidente de assembleia ou secção de voto, até três dias antes do dia designado para a eleição, um caderno destinado às atas das operações eleitorais, com termo de abertura por ele assinado e com todas as folhas por ele rubricadas, bem como os impressos e mapas que se tornem necessários.</p> <p>O presidente da câmara municipal entrega também a cada presidente de assembleia ou secção de voto, até três dias antes do dia designado para a eleição, os boletins de voto bem como as respetivas matrizes em braille.</p>
10.04	Entregar a cada presidente de mesa 2 cópias dos cadernos de recenseamento <u>no estrangeiro</u>	CR	51.º n.ºs 1 e 3	até 27-01-2022	<p>Logo que definidas as assembleias e secções de voto e designados os membros das mesas, a comissão de recenseamento deve fornecer a estas, a seu pedido, duas cópias ou fotocópias autenticadas dos cadernos de recenseamento.</p> <p>As cópias ou fotocópias previstas nos números anteriores devem ser obtidas o mais tardar até dois dias antes da eleição.</p>
10.05	Entregar a cada presidente de mesa 2 cópias dos cadernos de recenseamento <u>no território nacional</u>	CR	51.º n.ºs 1 e 3	até 27-01-2022	<p>Logo que definidas as assembleias e secções de voto e designados os membros das mesas, a comissão de recenseamento deve fornecer a estas, a seu pedido, duas cópias ou fotocópias autenticadas dos cadernos de recenseamento.</p> <p>As cópias ou fotocópias previstas nos números anteriores devem ser obtidas o mais tardar até dois dias antes da eleição.</p>
10.06	Constituir as assembleias de apuramento geral e afixar o respetivo edital	Presidente da AAG	108.º n.º 2	até 28-01-2022	<p>A assembleia de apuramento geral deve estar constituída até à antevéspera da eleição, dando-se imediato conhecimento público dos nomes dos cidadãos que a compõem, através de edital a afixar à porta dos edifícios para o efeito designados nos termos do artigo anterior. (...)</p>
Dia da Eleição					
10.07	Presença na assembleia de voto	Membros das mesas	48.º n.º 3	estrangeiro - 7h00 de 29-01-2022 território nacional - 7h00 de 30-01-2022	<p>Sem prejuízo do disposto no n.º 1, os membros das mesas das assembleias ou secções de voto devem estar presentes no local do seu funcionamento uma hora antes da marcada para o início das operações eleitorais, a fim de que estas possam começar à hora fixada.</p>

10.08	Afixar as listas de candidatos e os boletins de voto à entrada da assembleia de voto	Presidente da mesa de voto	36.º n.º 3	29-01-2022 e 30-01-2022	No dia das eleições as listas sujeitas a sufrágio são novamente publicadas por editais afixados à porta e no interior das assembleias de voto.
10.09	Afixar o edital com os nomes dos membros de mesa e o número de eleitores inscritos nessa assembleia	Presidente da mesa de voto	48.º n.º 2	29-01-2022 e 30-01-2022	Após a constituição da mesa , é logo afixado à porta do edifício em que estiver reunida a assembleia de voto um edital, assinado pelo presidente, contendo os nomes (...) dos cidadãos que formam a mesa e o número de eleitores inscritos.
10.10	DIA DA ELEIÇÃO NO ESTRANGEIRO	-	20.º n.ºs 2 e 3 e 41.º n.º 2	29-01-2022 e 30-01-2022	No estrangeiro, a votação presencial inicia-se no dia anterior ao marcado para a eleição no território nacional e encerra-se neste dia . No estrangeiro, a votação presencial no dia anterior ao marcado para a eleição decorre entre as 8 e as 19 horas locais e, no dia da eleição, das 8 horas até à hora limite do exercício do direito de voto em território nacional , competindo à mesa da assembleia de voto, com a colaboração dos delegados dos candidatos, garantir as condições de liberdade de voto durante os dois dias de votação e as suas interrupções, bem como a inviolabilidade das urnas eleitorais, que são seladas no início das operações eleitorais. No estrangeiro, as assembleias de voto reúnem nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 20.º.
10.11	DIA DA ELEIÇÃO EM TERRITÓRIO NACIONAL	-	41.º n.º 1 e 89.º n.º 3	30-01-2022	As assembleias de voto reúnem-se no dia marcado para as eleições, às 8 horas da manhã , em todo o território nacional. O presidente declara encerrada a votação logo que tiverem votado todos os eleitores inscritos ou, depois das 19 horas , logo que tiverem votado todos os eleitores presentes na assembleia de voto.
10.12	Abertura de serviços públicos no dia da eleição	JF e centros de saúde	85.º e 97.º n.º 3	30-01-2022	Os eleitores podem obter informação sobre o local onde exercer o seu direito de voto na sua junta de freguesia, aberta para esse efeito no dia da eleição , para além de outras formas de acesso à referida informação disponibilizadas pela administração eleitoral. Para os efeitos do número anterior, devem os centros de saúde manter-se abertos no dia da eleição , durante o período de funcionamento das assembleias eleitorais.
10.13	Reclamar, protestar ou contraprotestar das irregularidades da votação	Qualquer eleitor ou qualquer delegado	99.º n.º 1	29-01-2022 e 30-01-2022	Qualquer eleitor inscrito na assembleia de voto ou qualquer dos delegados das listas pode suscitar dúvidas e apresentar por escrito reclamação, protesto ou contraprotesto relativos às operações eleitorais da mesma assembleia e instruí-los com os documentos convenientes.
10.14	Deliberar as reclamações, protestos e contraprotostos	Mesa de voto	99.º n.º 3	29-01-2022 e 30-01-2022	As reclamações, os protestos e os contraprotostos têm de ser objecto de deliberação da mesa, que pode tomá-la no final, se entender que isso não afecta o andamento normal da votação.
10.15	Permissão da divulgação de notícias e reportagens obtidas nas assembleias de voto	Órgãos de comunicação social	93.º n.º 4	a partir das 20h00 (hora Lisboa) de 30-01-2022	As imagens ou outros elementos de reportagem obtidos nos termos referidos no número anterior só podem ser transmitidos após o encerramento das assembleias ou secções de voto .

Apuramento parcial					
10.16	Iniciar o apuramento parcial no <u>território nacional</u>	Mesa de voto	100.º	30-01-2022	Encerrada a votação (...).
10.17	Iniciar o apuramento parcial <u>no estrangeiro</u>	Mesa de voto	100.º e 101.º-A	30-01-2022	Encerrada a votação (...). Nas assembleias de voto com mais de 100 eleitores inscritos para votação presencial procede-se ao apuramento nos termos gerais (...).
10.18	Enviar os votos à assembleia de recolha e contagem dos votos (assembleias de voto com menos de 100 eleitores inscritos)	Mesa de voto	101.º-A n.ºs 2 e 3	30-01-2022	Nas assembleias de voto com menos de 100 eleitores inscritos os boletins de voto são introduzidos em sobrescritos fechados e lacrados, na presença dos eleitores que permaneçam na assembleia, juntamente com os cadernos eleitorais e uma ata, contendo o número de eleitores inscritos para votar presencialmente e o número de votantes. No caso referido no número anterior os sobrescritos são enviados imediatamente , preferencialmente por via diplomática, para a assembleia de recolha e contagem de votos dos eleitores portugueses residentes no estrangeiro, do círculo correspondente, ao cuidado do Secretário-Geral do Ministério da Administração Interna, para que aí se proceda à contagem pela respetiva mesa, na presença dos delegados das listas.
10.19	Reclamar, protestar ou contraprotestar das irregularidades do apuramento parcial	Qualquer delegado	102.º n.º 4 e 117.º n.º 1	30-01-2022	Os delegados das listas têm o direito de examinar, depois, os lotes dos boletins de voto separados, sem alterar a sua composição, e, no caso de terem dúvidas ou objecções em relação à contagem ou à qualificação dada ao voto de qualquer boletim, têm o direito de solicitar esclarecimentos ou apresentar reclamações ou protestos perante o presidente. As irregularidades ocorridas no decurso da votação e no apuramento parcial e geral podem ser apreciadas em recurso contencioso, desde que hajam sido objecto de reclamação ou protesto apresentado no acto em que se verificaram.
10.20	Deliberar as reclamações, protestos e contraprotostos	Mesa de voto	102.º n.º 5	30-01-2022	Se a reclamação ou protesto não forem atendidos pela mesa, os boletins de voto reclamados ou protestados são separados, anotados no verso, com a indicação da qualificação dada pela mesa e do objecto da reclamação ou do protesto e rubricados pelo presidente e, se o desejar, pelo delegado da lista.
10.21	Elaborar a ata das operações eleitorais	Secretário da mesa	105.º, n.º 1	30-01-2022	Compete ao secretário proceder à elaboração da acta das operações de votação e apuramento.
10.22	Afixar o edital do apuramento parcial à porta da assembleia de voto	Mesa de voto	102.º n.º 7	30-01-2022	O apuramento assim efectuado é imediatamente publicado por edital afixado à porta principal do edifício da assembleia ou da secção de voto, em que se discriminam o número de votos de cada lista, o número de votos em branco e o de votos nulos.
10.23	Remeter os boletins de voto válidos, não protestados, ao juiz, <u>no território nacional</u>	Presidente da mesa de voto	104.º n.º 1	30-01-2022	Os restantes boletins de voto são colocados em pacotes devidamente lacrados e confiados à guarda do juiz de direito da secção da instância local ou, se for o caso, da secção da instância central do tribunal da comarca (...).
10.24	Remeter os boletins de voto válidos, não protestados, ao	Presidente da mesa de voto	104.º n.º 1 e 172.º n.º 3	30-01-2022	Os restantes boletins de voto são colocados em pacotes devidamente lacrados e confiados à guarda do juiz de direito da secção da instância local ou, se for o

	embaixador, <u>no estrangeiro</u>				caso, da secção da instância central do tribunal da comarca. (...) As referências ao juiz presidente do tribunal da comarca com sede na capital do distrito ou região autónoma entendem-se feitas, no estrangeiro, aos embaixadores.
10.25	Remeter as atas, cadernos, boletins de voto nulos ou protestados e demais documentos ao presidente da AAG, <u>no território nacional</u>	Presidente da mesa de voto	103.º n.º 1 e 106.º	até 31-01-2022	Os boletins de voto nulos e aqueles sobre os quais haja reclamação ou protesto são, depois de rubricados, remetidos à assembleia de apuramento geral, com os documentos que lhes digam respeito. Nas vinte e quatro horas seguintes à votação , os presidentes das assembleias ou secções de voto entregam ao presidente da assembleia de apuramento geral ou remetem pelo seguro do correio, ou por próprio, que cobra recibo da entrega, as atas, os cadernos e demais documentos respeitantes à eleição.
10.26	Remeter as atas, cadernos, boletins de voto nulos ou protestados e demais documentos ao presidente da AAG, <u>no estrangeiro</u>	Presidente da mesa de voto	103.º n.º 2 e 106.º-A	até 31-01-2022	Na situação prevista no n.º 1 do artigo 101.º-A, os boletins de voto nulos e aqueles sobre os quais haja incidido reclamação ou protesto são, depois de rubricados, remetidos à assembleia de apuramento geral do círculo respetivo, ao cuidado do Secretário-Geral do Ministério da Administração Interna, com os documentos que lhes digam respeito. Na situação prevista no n.º 1 do artigo 101.º-A, os presidentes das assembleias de voto constituídas no estrangeiro enviam ao presidente da assembleia de apuramento geral do círculo respetivo, ao cuidado do Secretário-Geral do Ministério da Administração Interna, preferencialmente por via diplomática, os cadernos eleitorais, as atas e demais documentos respeitantes à votação.
10.27	Prestar contas e devolver os boletins de voto não utilizados e inutilizados ao juiz, <u>no território nacional</u>	Presidente da mesa de voto e Presidente da CM	95.º n.º 8	31-01-2022	O presidente da câmara municipal e os presidentes das assembleias ou secções de voto prestam contas ao juiz presidente do tribunal da comarca com sede na capital do distrito ou região autónoma dos boletins de voto e das matrizes em braille que receberam, devendo os presidentes das assembleias ou secções de voto devolver-lhe, no dia seguinte ao da eleição , os boletins não utilizados e os boletins deteriorados ou inutilizados pelos eleitores, bem como as matrizes em braille.
10.28	Prestar contas e devolver os boletins de voto não utilizados e inutilizados ao embaixador, <u>no estrangeiro</u>	Presidente da mesa de voto e Presidente da comissão recenseadora	95.º n.ºs 8 e 9 e 172 n.º 3	31-01-2022	O presidente da câmara municipal e os presidentes das assembleias ou secções de voto prestam contas ao juiz presidente do tribunal da comarca com sede na capital do distrito ou região autónoma dos boletins de voto e das matrizes em braille que receberam, devendo os presidentes das assembleias ou secções de voto devolver-lhe, no dia seguinte ao da eleição , os boletins não utilizados e os boletins deteriorados ou inutilizados pelos eleitores, bem como as matrizes em braille. Tratando-se de assembleias de voto que reúnam fora do território nacional, as competências atribuídas ao presidente da câmara municipal no número anterior são deferidas ao presidente da comissão recenseadora. As referências (...) ao tribunal da comarca com sede na capital do distrito ou região autónoma entendem-se feitas, no estrangeiro, aos embaixadores.

Apuramento Geral (círculos do território nacional)					
10.29	Iniciar o apuramento geral	AAG	107.º	às 9h00 de 01-02-2022	O apuramento dos resultados da eleição em cada círculo eleitoral e a proclamação dos candidatos eleitos competem a uma assembleia de apuramento geral, que inicia os seus trabalhos às 9 horas do 2.º dia posterior ao da eleição , no local para o efeito designado pelo presidente da assembleia de apuramento geral.
10.30	Recorrer perante a AAG das decisões da assembleia de voto	Apresentante da reclamação, protesto ou contraprotesto, candidatos, mandatários e partidos políticos	108.º n.º 3 e 117.º n.º 1	01-02-2022	Os candidatos e os mandatários das listas podem assistir, sem voto, mas com direito de reclamação, protesto ou contraprotesto, aos trabalhos da assembleia de apuramento geral. As irregularidades ocorridas no decurso da votação e no apuramento parcial e geral podem ser apreciadas em recurso contencioso, desde que hajam sido objecto de reclamação ou protesto apresentado no acto em que se verificaram .
10.31	Reclamar, protestar ou contraprotestar das irregularidades do apuramento geral	Candidatos, mandatários e delegados das listas	108.º n.º 3 e 117.º n.º 1	a partir de 01-02-2022	Os candidatos e os mandatários das listas podem assistir, sem voto, mas com direito de reclamação, protesto ou contraprotesto, aos trabalhos da assembleia de apuramento geral. As irregularidades ocorridas no decurso da votação e no apuramento parcial e geral podem ser apreciadas em recurso contencioso, desde que hajam sido objecto de reclamação ou protesto apresentado no acto em que se verificaram .
10.32	Deliberar sobre as reclamações, protestos e contraprotestos	AAG	113.º n.º 1	a partir de 01-02-2022	Do apuramento geral é imediatamente lavrada acta, donde constem os resultados das respectivas operações, as reclamações, os protestos e os contraprotestos apresentados de harmonia com o disposto no n.º 3 do artigo 108.º e as decisões que sobre eles tenham recaído.
10.33	Concluir o apuramento geral e afixar o respetivo edital	AAG	111.º-A n.º 1 e 112.º	até 09-02-2022	O apuramento geral estará concluído até ao 10.º dia posterior à eleição (...) . Os resultados do apuramento geral são proclamados pelo presidente e, em seguida, publicados por meio de edital afixado à porta dos edifícios para o efeito designados nos termos do artigo 107.º.
Assembleias de recolha e contagem de votos dos residentes no estrangeiro (círculos da Europa e Fora da Europa)					
10.34	Divulgar edital com o nome dos membros de mesa e o número de eleitores	SGMAI	106.º-F	09-02-2022	Após a constituição das mesas é imediatamente divulgado edital da administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, assinado pelo presidente de cada mesa, contendo os nomes dos cidadãos que formam a mesa e o número de eleitores inscritos no estrangeiro e sujeitos a escrutínio por essa mesa.
10.35	Entregar a cada presidente de mesa um caderno destinado à ata, impressos e mapas	SGMAI	106.º-H	09-02-2022	A administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna disponibiliza aos presidentes das assembleias de recolha e contagem de votos dos eleitores residentes no estrangeiro um caderno destinado às atas das operações eleitorais, com termo de abertura por ele assinado e com todas as folhas por ele rubricadas, bem como os impressos e mapas que se tornem necessários.
10.36	Recolha e contagem dos votos	Assembleias de recolha e contagem de votos	106.º-I n.º 1	às 9h00 de 09-02-2022	As assembleias de recolha e contagem de votos dos eleitores residentes no estrangeiro iniciam os seus trabalhos às 9 horas do décimo dia posterior ao da eleição em local disponibilizado pela administração

					eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.
Assembleias de Apuramento Geral (círculos da Europa e Fora da Europa)					
10.37	Designar os membros da CNE para presidir às AAG da Europa e Fora da Europa	CNE	106.º-J n.º 1 a)	até 07-02-2022	Junto de cada uma das assembleias de recolha e contagem de votos dos eleitores residentes no estrangeiro funciona uma assembleia de apuramento geral constituída por: a) Um membro da Comissão Nacional de Eleições por esta designado para o efeito até ao oitavo dia posterior ao da eleição, que preside; (...)
10.38	Comunicar à CNE a designação de um juiz desembargador e dois professores de matemática	CSM e Ministro da Educação	106.º-J n.º 2	até 08-02-2022	(...) as designações previstas nas alíneas b) e d) do número anterior ser comunicadas à Comissão Nacional de Eleições até ao nono dia posterior ao dia da eleição .
10.39	Constituir as AAG da Europa e de Fora da Europa	CNE	106.º-J n.º 2	até 09-02-2022	As assembleias de apuramento geral devem estar constituídas até ao décimo dia posterior ao dia da eleição , sendo divulgado por edital da administração eleitoral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (...).
10.40	Apuramento geral	AAG da Europa e AAG de Fora da Europa	106.º-J n.º 1	09-02-2022	Junto de cada uma das assembleias de recolha e contagem de votos dos eleitores residentes no estrangeiro funciona uma assembleia de apuramento geral (...).
Contencioso eleitoral					
10.41	Recorrer para o TC das decisões tomadas pelas AAG	Apresentante da reclamação, do protesto, do contraprotesto, os candidatos, mandatários e os partidos políticos que, no círculo, concorrem à eleição	117.º n.º 1 e 118.º n.º 1	24h após a afixação do edital	As irregularidades ocorridas no decurso da votação e no apuramento parcial e geral podem ser apreciadas em recurso contencioso, desde que hajam sido objecto de reclamação ou protesto apresentado no acto em que se verificaram. O recurso é interposto no prazo de vinte e quatro horas , a contar da afixação do edital a que se refere o artigo 112.º, perante o Tribunal Constitucional.
10.42	Notificar os mandatários das listas, os candidatos ou os partidos políticos para responder ao recurso	Presidente do TC	118.º n.º 3	no dia da apresentação do recurso	O presidente do Tribunal Constitucional manda notificar imediatamente os mandatários das listas concorrentes no círculo em causa para que estes, os candidatos e os partidos políticos (...).
10.43	Responder ao recurso	Os mandatários das listas, os candidatos ou os partidos políticos	118.º n.º 3	até 24h após a apresentação do recurso	(...) os mandatários das listas concorrentes no círculo em causa para que estes, os candidatos e os partidos políticos respondam, querendo, no prazo de vinte e quatro horas .
10.44	Decidir o recurso e comunicar à CNE	Plenário do TC	118.º n.º 4	até 48h após resposta ao recurso	Nas 48 horas subsequentes ao termo do prazo previsto no número anterior, o Tribunal Constitucional, em plenário, decide definitivamente do recurso, comunicando imediatamente a decisão à Comissão Nacional de Eleições.
Adiamento / repetição da votação					
10.45	Adiamento da votação	Presidente da CM / Titular do posto/secção consular	90.º n.ºs 1, 2 b) e 3 e 172.º n.º 2 a)	06-02-2022	Não pode realizar-se a votação em qualquer assembleia de voto se a mesa não se puder constituir, se ocorrer qualquer tumulto que determine a interrupção das operações eleitorais por mais de três horas ou se na freguesia se registar calamidade no dia marcado para as eleições ou nos três dias anteriores. Ocorrendo alguma das situações previstas no número anterior aplicar-se-ão, pela respectiva ordem, as

					regras seguintes: (...) b) Realização de uma nova votação no mesmo dia da semana seguinte (...). O reconhecimento da impossibilidade definitiva da realização da votação ou o seu adiamento competem ao presidente da câmara municipal. As referências às câmaras municipais (...) entendem-se feitas (...) ao titular do posto ou da secção consulares ou ao funcionário do quadro de pessoal diplomático com maior categoria a seguir ao embaixador (...).
10.46	Repetição do ato eleitoral em caso de declaração da nulidade	TC	119.º n.º 2	no 2.º domingo posterior à declaração de nulidade	Declarada a nulidade da eleição de uma assembleia de voto (...), os actos eleitorais correspondentes são repetidos no segundo domingo posterior à decisão .
10.47	Completar o apuramento geral	AAG	111.º-A n.º 2	no dia seguinte ao da votação ou ao do reconhecimento da sua impossibilidade	Em caso de adiamento ou declaração de nulidade da votação em qualquer assembleia ou secção de voto, a assembleia de apuramento geral reunirá no dia seguinte ao da votação ou ao do reconhecimento da sua impossibilidade, nos termos do n.º 3 do artigo 90.º, para completar as operações de apuramento (...).
Mapa nacional da eleição					
10.48	Remeter à Assembleia da República exemplar das atas de apuramento geral	CNE	120.º n.º 2	até 14-02-2022	(...) a Comissão Nacional de Eleições envia à Assembleia da República um exemplar das atas de apuramento geral.
10.49	Publicar o mapa oficial com o resultado das eleições	CNE	115.º	nos 8 dias seguintes à recepção das atas	Nos oito dias subsequentes à recepção das atas de apuramento geral de todos os círculos eleitorais , a Comissão Nacional de Eleições elabora e faz publicar no Diário da República, 1ª série, um mapa oficial com o resultado das eleições (...).
XI - PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CAMPANHA					
11.01	Publicar a lista indicativa do valor dos meios de campanha	EFCF	24.º n.º 5 e 6 Lei 19/2003	até 05-12-2021	Até ao dia de publicação do decreto que marca a data das eleições , deve a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, após consulta de mercado, publicar uma lista indicativa do valor dos principais meios de campanha, designadamente publicações, painéis publicitários e meios necessários à realização de comícios. A lista do número anterior é disponibilizada no sítio oficial do Tribunal Constitucional na Internet no dia seguinte à sua apresentação e serve de meio auxiliar nas acções de fiscalização.
11.02	Apresentar o orçamento junto da EFCF	Partido político e coligação	15.º n.º 4 Lei 19/2003	até 20-12-2021	Até ao último dia do prazo para a entrega das candidaturas , os (...) partidos, coligações (...) apresentam à Entidade das Contas e Financiamentos Políticos o seu orçamento de campanha (...).
11.03	Publicitar os orçamentos de campanha no sítio do TC	EFCF	15.º n.º 5 Lei 19/2003	-	Os orçamentos de campanha são disponibilizados no sítio oficial do Tribunal Constitucional na Internet a partir do dia seguinte ao da sua apresentação .
11.04	Publicar a lista dos mandatários financeiros	Partido político e coligação	21.º n.º 4 Lei 19/2003	até 19-01-2022	No prazo de 30 dias após o termo do prazo de entrega de listas ou candidatura a qualquer ato eleitoral, o partido, a coligação, (...) promovem a publicação, em jornal de circulação nacional, da lista completa dos mandatários financeiros.
11.05	Solicitar a subvenção pública ao Presidente da Assembleia da República	Mandatário financeiro	17.º n.º 6 Lei 19/2003	até 15 dias após a declaração oficial dos resultados	A subvenção é solicitada ao Presidente da Assembleia da República nos 15 dias posteriores à declaração oficial dos resultados eleitorais (...).

11.06	Adiantar 50 % do valor estimado para a subvenção pública	Assembleia da República	17.º n.º 7 Lei 19/2003	até 15 dias após a solicitação	A Assembleia da República procede ao adiantamento, no prazo máximo de 15 dias a contar da entrega da solicitação (...) , do montante correspondente a 50 % do valor estimado para a subvenção.
11.07	Comunicar à ECFP as ações de campanha	Partido político e coligação	16.º n.ºs 1 e 4 LO 2/2005	até à data de entrega das contas	Os partidos políticos e coligações que apresentem candidaturas às eleições para a Assembleia da República (...) estão obrigados a comunicar à Entidade as ações de campanha eleitoral que realizem, bem como os meios nelas utilizados, que envolvam um custo superior a um salário mínimo. O prazo para o cumprimento do dever de comunicação das ações de campanha eleitoral realizadas e dos meios nelas utilizados termina na data de entrega das respetivas contas .
11.08	Prestar as contas à ECFP	Partido político e coligação	27.º n.º 1 Lei 19/2003	até 60 dias após o pagamento da subvenção	No prazo máximo (...) de 60 dias, (...) após o pagamento integral da subvenção pública , cada candidatura presta à Entidade das Contas e Financiamentos Políticos as contas discriminadas da sua campanha eleitoral (...).
11.09	Instruir o processo e auditar as contas	ECFP	36.º e 38.º LO 2/2005	35 dias após a receção das contas	Após a receção das contas das campanhas eleitorais, a Entidade procede à instrução do processo e apreciação. No âmbito da instrução dos processos, a Entidade inicia os procedimentos de auditoria às contas das campanhas eleitorais, no prazo de cinco dias após a sua receção . A auditoria é concluída no prazo de 35 dias .
11.10	Publicitar as contas e os relatórios sobre as auditorias no sítio do TC	ECFP	20.º n.º 2 d) LO 2/2005	-	Do sítio referido no n.º 1 [sítio na Internet do Tribunal Constitucional] constam ainda: (...) d) As contas (...) das campanhas eleitorais e os relatórios sobre as respetivas auditorias.
11.11	Apreciar e decidir sobre a legalidade e regularidade e publicitar no sítio do TC	ECFP	27.º n.º 4 Lei 19/2003 e 43.º n.º 2.º e 20.º n.º 2 f) LO 2/2005	1 ano após o fim do prazo de apresentação das contas	A Entidade das Contas e Financiamentos Políticos aprecia, no prazo de um ano , a legalidade das receitas e despesas e a regularidade das contas (...). A Entidade pronuncia-se no prazo máximo de um ano a partir do fim do prazo de apresentação das contas da campanha eleitoral. Do sítio referido no n.º 1 [sítio na Internet do Tribunal Constitucional] constam ainda: (...) f) As decisões da Entidade em matéria de regularidade e legalidade das contas (...) das campanhas eleitorais.
11.12	Regularizar as contas	Partido político	27.º n.º 6 Lei 19/2003	-	A Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, quando verificar qualquer irregularidade nas contas, deve notificar a candidatura para apresentar, no prazo de 30 dias , as contas devidamente regularizadas.
11.13	Recorrer das decisões da ECFP	Candidato	23.º n.º 1 LO 2/2005	-	Dos atos da Entidade cabe recurso para o Tribunal Constitucional, em plenário.